

Deputada será investigada pela Comissão

Vera Ramos

Uma pasta de cor amarela contendo denúncias contra a deputada Rose de Freitas (PSDB-ES) começa a ser analisada na próxima semana pela Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento. As denúncias contra a deputada capixaba que têm chegado ao Congresso estão sendo feitas, principalmente por prefeituras capixabas que resolveram rastrear as verbas do Orçamento destinada ao estado. Ao checar as contas das prefeituras, alguns prefeitos descobriram irregularidades nas obras que deveriam ter sido feitas com verbas obtidas através de emendas que a parlamentar tucana conseguiu aprovar nos últimos programas orçamentários de 1991 e 1992. Há casos em que as obras que eram objetos das emendas apresentadas por Rose de Freitas não foram sequer concluídas, apesar da liberação dos recursos financeiros. Em outros casos, o dinheiro simplesmente sumiu.

As primeiras denúncias envolvendo a deputada Rose de Freitas no esquema de corrupção comandado pelos sete anos partiram do prefeito do município de Guaçuí, Luis Moulin. Para reforçar suas denúncias, ele enviou ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, um ofício para alertá-lo de que sua prefeitura não havia recebido a verba de 50 milhões de cruzeiros consignados numa emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), um dos principais envolvidos no esquema.

Segundo consta, esses recursos financeiros seriam utilizados na construção do Hospital Municipal de Guaçuí, mas ninguém viu a cor do dinheiro. Membro da Subcomissão de Subvenções Sociais, o senador Elcio Álvares (PFL-ES) preferiu não fazer comentários sobre essas denúncias. No entanto, se disse perplexo ao descobrir que três dos

ARQUIVO



Rose de Freitas: 654 emendas

sete anos da Comissão Mista de Orçamento conseguiram alocar 40 por cento das emendas para o Espírito Santo em 1991.

Sem fiscalização — Representantes da bancada federal do Espírito Santo acreditam que esse desaparecimento de verbas orçamentárias que ocorreu no município de Guaçuí pode ter acontecido também em outras cidades capixabas. Segundo eles, o que não faltam são denúncias pipocando na Assembleia Legislativa, em Vitória, sobre malversação de dinheiro público proveniente das emendas aprovadas por parlamentares. Mas como o Ministério do Bem-Estar Social jamais fiscalizou as obras que custeava, vai ser difícil rastrear todos os recursos financeiros distribuídos

pelas prefeituras nos últimos anos.

A total ausência de uma fiscalização por parte dos ministérios que repassavam essas verbas a fundo perdido, é um dos principais entraves para se descobrir os responsáveis pelas irregularidades nos municípios capixabas. O atual prefeito de Piúma, por exemplo, Valter Protratz, garante que das duas dotações orçamentárias previstas para o ano de 1991, no valor de cinco milhões de cruzeiros (valor da época), apenas uma chegou ao seu destino.

A outra parcela, que deveria ter sido remetida à prefeitura da cidade, sumiu como por encanto. Ninguém viu. Protratz afirmou que está providenciando um extrato da conta bancária da prefeitura na tentativa de descobrir o paradeiro do dinheiro. Ele garantiu, no entanto, que se houve desvio de verba, a culpa não pode ser imputada ao ex-prefeito da cidade, que hoje ganha a vida como pedreiro.

Adversários — Com muitos aliados políticos no estado, a deputada Rose de Freitas tem negado qualquer envolvimento seu na máfia que agia na Comissão do Orçamento do Congresso. E defendendo-se das acusações que têm publicadas nos últimos dias nos principais jornais do Espírito Santo, ela assegura que essas denúncias têm objetivos eleitoreiros e estão sendo orquestradas por seus adversários políticos.

As suspeitas de um eventual envolvimento da deputada Rose de Freitas foram levantadas a partir do inusitado interesse de dois dos sete anos que agiam na Comissão de Orçamento — os deputados João Alves (PPR), da Bahia, e Manoel Moreira (PMDB), de São Paulo, — em apresentar emendas destinadas ao custeio de obras de interesse do Espírito Santo. Em 1991, o Ministério da Saúde, atendendo emendas de autoria de Manoel Moreira, liberou 135 milhões de cruzeiros para a construção do hospital municipal de Guaçuí, do hospital da Mulher em Vila Velha (103 milhões de cruzeiros) e de um outro hospital em São José do Calçado (81 milhões de cruzeiros).